

Ministério da Saúde

SENADOR ELEITO DIZ QUE MINISTÉRIO É UTILIZADO COM FINS ELEITORAIS

O senador eleito Íris Rezende (PMDB-GO) vai pedir a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso para investigar o uso de recursos do Ministério da Saúde na campanha política no Estado de Goiás. "O Ministério da Saúde foi utilizado como instrumento político-eleitoreiro no interior de Goiás e o Congresso deve passar a limpo tudo aquilo que signifique vício e abuso de poder", afirmou Rezende. A atitude do senador eleito é parte de uma disputa com seu antecessor no governo de Goiás e atual ministro da Saúde, Henrique Santillo (PP), acusado de utilizar o cargo para favorecer a candidata do PP ao governo do Estado, Lúcia Vânia.

Ontem, Santillo enviou ofício ao presidente Itamar Franco negando as denúncias de envolvimento com laboratórios farmacêuticos para obtenção de recursos para a campanha do partido. As denúncias contra o ministro surgiram após a exoneração, na última sexta-feira, de quatro funcionários da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, suspeitos de receberem propinas de laboratórios para facilitar a comercialização de produtos farmacêuticos. Entre eles está o ex-secretário de Vigilância Sanitária, João Geraldo Martinelli, nomeado pelo próprio presidente Itamar Franco com objetivo de sanear o órgão.

Martinelli reafirmou ontem que a corrupção no Ministério tem o objetivo de financiar a cam-

panha de Lúcia Vânia ao segundo turno. O ex-secretário disse também que foi procurado por partidários do candidato do PMDB ao governo, Maguito Vilela, para reforçar as denúncias contra Santillo e, assim, atingir Lúcia Vânia. "Mas eu não vou me intrometer na política de Goiás e, portanto, vou calar a boca", disse Martinelli.

Segundo Martinelli, um dos principais motivos de seu afastamento foi o fato de ter sustado no dia 18 a liberação de registro de 19 produtos do laboratório Greenpharma, de Anápolis, maior colégio eleitoral de Santillo e de seu irmão, o ex-deputado Adhemar Santillo (PP). O ex-secretário de Vigilância Sanitária confirmou que o Greenpharma havia conseguido, neste ano, a liberação de outros 25 produtos, média muito superior à anual, que é de apenas dois por empresa, segundo ele.

A relação do comitê de Lúcia Vânia com o Ministério da Saúde foi comprovado há dois meses. No dia 25 de agosto, o ex-deputado Fernan-

do Cunha, coordenador-geral da campanha do PP e ex-chefe de gabinete de Santillo, enviou fax a Martinelli pedindo a liberação para comercialização de 38 produtos fabricados pelo Laboratório Cazi. Devido às denúncias, Lúcia Vânia afastou ontem o ex-deputado da função de coordenador-geral de sua campanha. "Fui surpreendida com este fato profundamente lamentável, que me deixou muito chateada", disse a deputada.

**Funcionários
exonerados
dizem que
campanha do PP
é financiada por
laboratórios**

JÁ DISPUTA PELO GOVERNO DE GOIÁS

CAMPANHA

Sob suspeita